

# Salário mínimo é inferior ao que trabalhador necessita, avalia Dieese

## FGV: aumento não é eficaz na distribuição de renda

SÃO PAULO - Apesar de o valor ser superior ao previsto no projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso, o novo salário mínimo, de R\$ 415, ainda é inferior ao necessário para cobrir os custos de uma família, como está previsto na Constituição, aponta pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Pelo estudo, o salário mínimo no início deste ano deveria ser de R\$ 1.924,59. "Isso é uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para haver uma reposição de força de trabalho digna, afirmou José Maurício Soares", economista do Dieese.

No Artigo 7º, Inciso IV, Capítulo II (Dos Direitos Sociais), a Constituição define salário mínimo como aquele capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e s de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene transporte e previdência social.

Segundo o economista do Dieese, para se chegar a esse valor foi pesquisado o gasto médio do terço da população brasileira com menor renda. Além disso, considerou-se uma família composta por dois adultos e duas crianças que, juntas, consumiriam o equivalente a um adulto.

Há dez anos, o aumento do salário mínimo tinha impacto muito forte na redução da pobreza, mas hoje os dados analisados pelos institutos de pesquisa mostram que boa parte dos efeitos positivos desse aumento foi perdida. A avaliação é do economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Néri. Ele explicou que o aumento exerce tanto efeitos positivos quanto negativos na economia e alertou que nas áreas pobres pode causar mais desemprego e informalidade do que o próprio ganho conquistado.

"Tanto pode aumentar o salário das pessoas como fazer com que elas percam o emprego ou a carteira de tra-

balho. No lado fiscal, melhora a renda de mais de 12 milhões de pensionistas e aposentados do INSS, aquece a economia local, mas por outro lado, tem um impacto importante nas finanças municipais, já que existe maior proporção de funcionários públicos municipais atrelados ao mínimo do que no próprio segmento de empregadas domésticas", disse.

Néri informou que o impacto nas contas públicas com a Previdência equivale a aproximadamente 12% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma das riquezas produzidas no país). E disse que foram criados mecanismos alternativos mais eficazes para diminuir a pobreza: "O caminho do salário mínimo é um caminho mais

longo, mais tortuoso, mais indireto, que não pega tanto os mais pobres. Há dez anos, além de o salário mínimo estar num nível muito mais baixo, não havia esses caminhos alternativos, verdadeiros atalhos para a redução da pobreza".

Segundo o economista, atualmente, o impacto do Bolsa-Família é bem maior que o do salário mínimo sobre a população pobre. "Cada real que se gasta em aumento do Bolsa-Família, impacta a pobreza duas vezes e meia mais do que cada real que se gasta em salário mínimo". Para ele, não se investe na população jovem e se deixa para compensá-la na velhice.

"Com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) que fizemos, a distribuição dos gastos no terço de renda inferior tem 35,71% do total com alimentação", afirmou Soares. Dessa forma, o salário necessário seria aquele em que três cestas básicas (suficientes para alimentar dois adultos e duas crianças) representariam 35,71% de seu valor.

No início do Plano Real, há 14 anos, com um salário mínimo não era possível se

comprar uma cesta básica. O salário mínimo atual chega próximo ao valor de duas cestas básicas. Soares explicou que isso se deve à queda da inflação a partir do Plano Real: "Como a inflação era decrescente, acabava-se dando um reajuste maior do que o índice do final do ano. E, nos últimos anos, é um aumento definido com as centrais sindicais, num projeto de lei que deve vigorar, mas ainda não foi votado no Senado".

O reajuste do salário mínimo, definido por medida provisória (MP) foi calculado levando em conta a variação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) medido dois anos antes do reajuste. No caso atual, o índice de aumento real do salário mínimo deveria ser de 3,7%, proporcional ao crescimento do PIB do ano de 2006.